

CAMPANHA SALARIAL (2026) DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JUAZEIRO DO NORTE



Foto: Leandro Medeiros (ASCOM-SISEMJUN)

Por: Eduardo Sousa (Tesoureiro Adjunto do SISEMJUN)

Um dos maiores desafios que o SISEMJUN enfrenta é a falta de valorização salarial dos servidores municipais, principalmente os profissionais que atuam em cargos técnicos nas categorias de nível fundamental e médio. Esses profissionais por não possuírem PCCR (Planos de Cargos, Carreira e Remuneração) que os contemplem, não dispõem de um vislumbre de mudança financeira dentro do seu cargo, ficando economicamente estagnada ao salário definido pela municipalidade.

Dentro deste contexto, as campanhas salariais encampadas anualmente pelo SISEMJUN, tem como objetivo principal garantir um alívio financeiro para estes servidores, esta suavização acontece através do ganho real do salário, afinal, qualquer mudança econômica para mais, gera uma melhor condição de vida para o servidor.

A campanha salarial de 2026 teve início ainda em 2025, quando o SISEMJUN através de ofício informou à gestão municipal as pretensões de reajustes pleiteadas por todas as categorias, contudo, só tivemos a primeira reunião com a gestão em dezembro de 2025, onde o SISEMJUN apresentou a proposta de reajuste.

A primeira contraproposta apresentada pela gestão foi disponibilizada em janeiro de 2026, e considerada pelo SISEMJUN um retrocesso no que diz respeito à ascensão financeira do servidor, onde deixaria quase todos os servidores de nível fundamental e médio estagnados no salário mínimo, tendo um reajuste linear de 4,26% para todos os servidores (exceto

Magistério e Guarda Civil Municipal). Após algumas reuniões e muitas deliberações, o SISEMJUN e a Gestão Municipal chegaram a um consenso, neste acordo garantimos um ganho real para todos os servidores do município.

No acordo, o SISEMJUN conseguiu garantir um reajuste salarial com ganho real aos servidores do município. Para exemplificar, os servidores de nível médio e fundamental tiveram um reajuste inicial a partir de 7,30%. Esse valor foi escalonado em duas etapas, 4,26% de janeiro a abril e mais 3,04% nos meses subsequentes. Todos os demais cargos da municipalidade tiveram reajustes e todos seguiram este escalonamento, 4,26% (o valor da inflação) e após maio o restante do percentual equivalente a cada cargo.

Fazendo uma análise crítica dos valores e levando em consideração a capacidade de arrecadação do município de Juazeiro do Norte, fica a seguinte pergunta: "O município poderia ter concedido valores maiores?"

Para responder esta pergunta precisamos entender dois pontos: a capacidade financeira do município e o perfil do governo com o qual estamos tratando.

No último ano, Juazeiro do Norte teve um crescimento na sua Receita Corrente Líquida (RCL) de quase 10% ao ano. Tal crescimento é superior ao do Governo Federal (5,5% ao ano) e ao do Estado do Ceará (8,75% ao ano), ou seja, Juazeiro do Norte vem mantendo um crescimento maior de suas receitas que o Estado do Ceará e até mesmo da União. No que diz respeito a LRF (Lei de

Responsabilidade Fiscal), Juazeiro do Norte está conseguindo manter seus índices abaixo do limite prudencial (51,3%), ou seja, do ponto de vista financeiro, Juazeiro do Norte poderia oferecer um reajuste melhor.

Agora, analisando o perfil do Governo Municipal, um governo de DIREITA, que mantém uma postura austera no que diz respeito à valorização do servidor, o SISEMJUN conseguiu uma boa negociação, avançando na valorização salarial do servidor, principalmente quando comparamos o percentual de reajuste dos municípios vizinhos e o do próprio Estado do Ceará, que são governados por governos ditos de esquerda. O estado do Ceará concedeu um reajuste de 5% (4,26 de janeiro a abril e 0,74% a partir de maio), o município do Crato concedeu um reajuste linear aos seus servidores de apenas 5,4%. Nesta perspectiva, ao fazermos esta comparação percebemos que nossa campanha foi muito exitosa no que diz respeito ao ganho salarial dos servidores, em comparação ao Estado do Ceará tivemos uma diferença positiva de 2,30% e em relação à cidade de Crato tivemos um índice superior de 1,9%.

Então, dentro dos fatos apresentados podemos concluir que a primeira etapa da campanha salarial de 2026, a negociação do reajuste salarial dos servidores municipais de Juazeiro do Norte, foi concluída com êxito e saímos deste embate com uma sensação de vitória e partindo para a próxima, a negociação das demandas específicas de cada categoria. 🇧🇷



ELEIÇÕES 2026: BOLSONARO NUNCA MAIS E TRUMP FORA DA AMÉRICA LATINA!

Por: Ítalo Freitas (Presidente do SISEMJUN)

Persiste no mundo uma grave crise econômica, social, política e civilizatória que tem aprofundado a precarização das condições de vida dos trabalhadores, produzido conflitos sociais, disputas imperialistas, desgastes de instituições tradicionais e impulsionado eleitoralmente projetos políticos alternativos.

Inquestionavelmente, a extrema-direita tem aproveitado bem essa conjuntura e conquistado protagonismo político internacional. Ela vem crescendo a partir do descontentamento com a direita tradicional de parte dos setores mais reacionários da sociedade, bem como das frustrações de setores populares com os governos “progressistas”. Além disso, a extrema-direita tem no atual presidente estadunidense, Donald Trump, um relevante centro de referência, articulação e intervenção na soberania de outras nações.

O sequestro e prisão de Nicolás Maduro na Venezuela, o reforço dos embargos, bloqueios e sanções contra Cuba, a pressão para que o governo do Panamá retirasse empresa chinesa do canal do Panamá, a imposição do governo mexicano de tarifas de 50% sobre importações chinesas, são exemplos do projeto intervencionista de recolonização da América Latina encabeçado por Trump. Em 2025, o presidente estadunidense interferiu abertamente nas eleições presidenciais de Honduras e nas eleições legislativas da Argentina. Na primeira ocasião ameaçou que caso seu candidato não vencesse, não trabalharia com o novo presidente. Na Argentina, Trump condicionou uma ajuda econômica de Washington à vitória do partido do presidente Javier Milei.

Aqui no Brasil, o bolsonarismo, que segue como maior expressão da extrema-direita nacional e prin-

cipal adversário eleitoral do presidente Lula, está ansioso por uma interferência de Trump nas eleições desse ano. Visando um apoio mais contundente da Casa Branca, Flávio Bolsonaro já sinalizou estar disposto a ceder para a cobiça de Trump sobre a exploração de reservas brasileiras de minerais críticos.

É preciso derrotar Trump e Bolsonaro no 1º turno!

A postura de enfrentamento ao tarifaço de Trump, ainda que limitada, bem como algumas medidas pontuais, como a ampliação da isenção do imposto de renda, a taxação dos que ganham acima de 50 mil reais por mês e a defesa do fim da escala 6x1, contribuíram para o favoritismo de Lula na corrida presidencial. Hoje o petista é o único capaz de derrotar nas urnas o projeto autoritário e entreguista representado por Flávio Bolsonaro.

O entendimento da necessidade de empreender uma derrota categórica ao bolsonarismo e aos interesses de Trump na América Latina é compartilhado por todos que verdadeiramente defendem os interesses nacionais e que sofreram no governo Bolsonaro. Vale recordar alguns dos “saldos” da gestão bolsonarista derrotada nas urnas em 2022: proposta de Auxílio Emergencial miserável de R\$ 200,00 para trabalhadores informais durante a pandemia da Covid-19; mera reposição da inflação no reajuste anual do salário mínimo; alta recorde no preço da cesta básica, gasolina, gás de cozinha e diesel.

Uma derrota robusta enfraquecerá também as intenções de anistiar Bolsonaro e o núcleo duro golpista. Ou seja, enfraquecerá aqueles que atentam

contra as mínimas conquistas democráticas que levamos anos pra arrancar.

É urgente construir uma alternativa socialista!

Contribuir com a tarefa de derrotar o bolsonarismo nas urnas não pode significar a renúncia da crítica sobre alianças eleitorais cujo preço é pago pela maioria trabalhadora. Sem luta não podemos esperar muita coisa da reedição de uma composição que levou o governo Lula 3 a defender o arcabouço fiscal, o teto do ganho real no reajuste do salário mínimo, a manutenção do pagamento de juros da dívida pública aos banqueiros e a preservação das reformas trabalhista e previdenciária.

Uma campanha antibolsonarista consequente deve estar à disposição da construção de uma alternativa política para os trabalhadores que seja realmente comprometida com a mobilização permanente pra lutar por direitos, com a independência da classe em relação aos governos e patrões e com o projeto socialista de sociedade. Essa campanha deve fortalecer, além de várias outras bandeiras históricas do movimento organizado dos trabalhadores, a luta pelo fim da escala 6x1, pelo arquivamento definitivo da reforma administrativa, pela revogação do arcabouço fiscal e das reformas trabalhista e previdenciária, por empregos, direitos, salário melhor, terra, moradia, serviços públicos de qualidade, uma Petrobras 100% estatal, pela reestatização de empresas privatizadas, aplicação de 10% do PIB na educação pública, suspensão do pagamento e auditoria na dívida pública. 🇧🇷

O TÃO AGUARDADO SONHO DOS PRIMOS POBRES DA EDUCAÇÃO EM BUSCA DE VALORIZAÇÃO

Por: Cícero dos Santos (Diretor de Comunicação do SISEMJUN)

Em busca do tão aguardado sonho de valorização dos profissionais técnico-administrativos e de apoio educacional do nosso Brasil, esses profissionais aguardam a décadas o reconhecimento e valorização da categoria prevista na Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 206 e inciso VIII; na Lei de Diretrizes e Base (LDB); Plano Nacional da Educação (PNE 2014 – 2025 e PNE 2026 - 2036) e também respaldada no Novo FUNDEB na lei nº 14.276/2021, em que estabelecem a valorização salarial e profissional no Plano de Cargos e Carreiras (PCCR).

A saga dos primos pobres para visibilizar uma classe tão importante para a educação quanto os profissionais do magistério, busca dignidade da merendeira, porteiro, técnico-administrativo e de apoio educacional, pois sem eles o processo educacional principalmente em escolas públicas seria ainda mais desafiador.

A desigualdade salarial entre esses servidores públicos e a falta de reconhecimento seguem como principais desafios históricos, como consequência impactam negativamente na formação de cidadãos e profissionais de diversas áreas, prejudicando diretamente a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida.

O efeito dessa desvalorização também é representado pelo número cada vez crescente de pedidos de exonerações pelos próprios servidores, pois estão em busca de novos concursos com maior valorização e empregos no mercado de trabalho, inclusive, de forma informal.

A disparidade injustificável entre cargos e carreiras ocasiona o desestímulo de permanência de pessoas qualificadas para estes cargos, que poderiam contribuir ainda mais com a educação, mas



Foto: Leandro Medeiros (ASCOM-SISEMJUN)

precisam buscar outras alternativas de renda para suprir a necessidade de sobrevivência da família.

Diante da invisibilidade da categoria, é de suma importância que o gestor municipal de Juazeiro do Norte possa pôr em prática a tão sonhada construção e implementação do PCCR, pois há quase cinco anos é trabalhado o projeto de lei em conjunto com SISEMJUN, funcionários e gestão.

Sobre isso, a proposta de projeto de lei de criação do PCCR para os funcionários da educação já foi entregue desde novembro de 2024 e aguarda apenas o aval do prefeito de Juazeiro do Norte, reconhecendo assim o trabalho desses servidores tão importantes para a educação.

A OUTRA INICIATIVA DE VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA É DE RESPONSABILIDADE DO CONGRESSO

Nacional e do Governo Federal, que é o projeto de lei nº 2531/2021, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais de apoio administrativo, técnico ou operacional da educação básica pública que se encontra no Senado Federal à espera da aprovação da Comissão de Educação do Senado.

Mas para isso, é necessário que os partidos tenham compromisso com o projeto, articulando as suas bases para avançar na aprovação e depois na sanção presidencial, para que o tão acalentado sonho possa se realizar.

Somos lutadores e sonhadores e não deixaremos para trás a esperança do reconhecimento e da valorização. Continuaremos vigilantes, prontos para a batalha, pois só a luta muda a vida! 🇧🇷

UM COMPROMISSO HISTÓRICO DO SISEMJUN

Por: Leandro Medeiros (ASCOM – SISEMJUN)



Fotos: Leandro Medeiros (ASCOM-SISEMJUN)

Aquisição de um imóvel mais amplo para ser a nova sede do SISEMJUN é um sonho histórico da categoria, que inúmeras vezes teve que participar de assembleias em praças, com toda sorte de adversidades...

A perspectiva com a nova sede do SISEMJUN, em um espaço de dimensão 8,80m de largura por 30m de fundo, localizado na Rua Padre Cícero nº 1319, é

a construção de um equipamento com auditório com capacidade para 300 assentos confortáveis, climatizado, banheiros, bebedouros, sistema de sonorização e projeção de imagem.

Além disso, os setores administrativo e de atendimento aos filiados ganharão salas mais espaçosas e modernas, atendendo às diretrizes de acessibilidade,

de, em um projeto de engenharia e arquitetura moderna e viável diante das condições financeiras de nossa entidade, com perspectiva de entrega para o final de 2028.

É a concretização de um sonho histórico em poder oferecer aos nossos filiados(as) uma sede ainda mais ampla, confortável e moderna! 🇧🇷

PROFESSORES NÃO SÃO O PROBLEMA: POR UMA ANÁLISE SÉRIA DA ALFABETIZAÇÃO EM JUAZEIRO DO NORTE

Por: Edson Xavier (Diretor de Formação Política e Sindical do SISEMJUN)

Nos últimos debates sobre os baixos índices de alfabetização em Juazeiro do Norte, tem se tornado recorrente a tentativa de responsabilizar os professores pelo problema. Essa narrativa, além de injusta, revela uma compreensão superficial de uma questão que é, por natureza, complexa e estrutural. Transformar os docentes em culpados não contribui para a solução — ao contrário, desvia o foco das responsabilidades que devem ser assumidas pela gestão pública.

Quem conhece a realidade das escolas municipais sabe que os professores estão longe de ser o problema. São, na verdade, aqueles que, diariamente, lidam com salas superlotadas, falta de recursos pedagógicos, infraestrutura precária e ausência de políticas consistentes de valorização profissional. Mesmo diante dessas condições adversas, seguem comprometidos com o ensino e com o futuro de seus alunos.

A esse cenário soma-se um elemento importante: a crescente diversidade das salas de aula, incluindo o aumento do número de alunos que demandam diferentes formas de acompanhamento pedagógico. Trata-se de um avanço significativo, associado às políticas de inclusão, mas que exige condições concretas para se efetivar com qualidade. Sem o devido suporte, essa realidade amplia a complexidade do trabalho docente e impacta os processos de alfabetização.

Hoje, muitos professores se veem responsáveis por turmas heterogêneas, sem o suporte pedagógico adequado, com carência de profissionais de

apoio, formação continuada insuficiente e, em muitos casos, sem as adaptações necessárias no ambiente escolar. Ignorar esse contexto e, ainda assim, responsabilizar exclusivamente o professor pelos resultados educacionais é não apenas injusto, mas profundamente equivocado.

Se o objetivo é, de fato, compreender e enfrentar os desafios da alfabetização, é preciso olhar para experiências bem-sucedidas dentro do próprio Ceará. Diversos municípios que hoje se destacam positivamente não chegaram a esses resultados educacionais apenas injusto, mas profundamente equivocado.

Nesses casos, o que se observa é uma combinação de fatores: gestão educacional planejada a médio e longo prazo, formação continuada de professores vinculada à prática pedagógica, monitoramento constante da aprendizagem, atuação de equipes multidisciplinares e investimentos em infraestrutura. Além disso, há um elemento central que não pode ser ignorado: a valorização dos profissionais da educação, tanto do ponto de vista material quanto das condições de trabalho.

Outro aspecto importante é a profissionalização da gestão educacional. Nos municípios que avançaram, não há espaço para indicações políticas em cargos técnicos estratégicos. A condução da política educacional é feita com base em critérios técnicos, garan-

tindo continuidade e coerência nas ações desenvolvidas. A implementação de um modelo em que gestores passem por avaliação objetiva de provas e títulos, seguida de participação da comunidade escolar no processo de escolha, é fundamental para reduzir a ingerência política sobre a gestão das escolas. Diretores e coordenadores não podem ser simples indicações políticas; devem possuir capacidade técnica, conhecimento político-pedagógico, referência na comunidade escolar e autonomia nas decisões que lhes cabem.

Diante desse cenário, insistir na ideia de que os professores são responsáveis pelos baixos índices de alfabetização em Juazeiro do Norte é não apenas equivocado, mas prejudicial. Essa postura fragiliza o ambiente escolar, desmotiva os profissionais e impede a construção de soluções coletivas.

É preciso inverter essa lógica. Em vez de culpabilizar, é necessário investir: investir em formação continuada, em equipes de apoio, em monitoramento pedagógico, em infraestrutura e, sobretudo, na valorização docente, com melhores condições de trabalho e políticas de cuidado com a saúde dos professores.

A alfabetização de qualidade, socialmente referenciada, não se constrói com discursos simplistas ou com a busca por culpados. Ela exige planejamento, compromisso político e respeito aos profissionais que estão na linha de frente da educação pública. Os professores de Juazeiro do Norte não são o problema; são parte essencial da solução. 🌱

UM CHAMADO AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO DE JUAZEIRO DO NORTE – CE

LICENÇA REMUNERADA PARA ESTUDO É VALORIZAR QUEM FAZ A EDUCAÇÃO

Por: Tiago Josimar da Silva – professor da rede municipal de Juazeiro do Norte e da rede estadual do Ceará e suplente de direção do SISEMJUN

Como um profissional da educação que trabalha 40 horas por semana pode cumprir, com qualidade, uma jornada de aulas, planejamento e demais responsabilidades e, ao mesmo tempo, realizar as exigências de um mestrado ou doutorado, com disciplinas, leituras, pesquisa de campo, produção acadêmica e elaboração de dissertação ou tese? Essa pergunta precisa ser enfrentada pela Prefeitura de Juazeiro do Norte. Não é justo exigir qualificação permanente dos trabalhadores e trabalhadoras da educação e, na hora em que esses profissionais conquistam uma vaga em programas de pós-graduação, deixá-los diante da escolha entre o trabalho e o direito de estudar. A formação continuada não pode ser tratada como favor da gestão: é investimento público, valorização profissional e condição para fortalecer a educação oferecida à população.

O Congresso Nacional já fez a sua parte ao aprovar o projeto que resultou na Lei Federal nº 15.462/2026, posteriormente sancionada pela Presidência da República. Portanto, a licença remunerada para estudos não é promessa, gentileza administrativa ou benefício que dependa da boa vontade de um governante: agora está expressamente prevista na LDB como parte da política de valorização profissional. Cabe ao Município organizar sua legislação e seus procedimentos para que esse direito possa ser exercido de forma efetiva pelos profissionais da rede pública.

Essa regulamentação se torna ainda mais urgente diante de uma realidade concreta: profissionais da rede municipal estão se qualificando, participando de seleções e conquistando vagas em cursos de mestrado e doutorado, enquanto as universidades ampliam as oportunidades de formação acadêmica e de pesquisa. Ao mesmo tempo, o Plano Nacional de Educação e os planos municipais de educação colocam a formação e a valorização dos profissionais entre os elementos fundamentais para melhorar a educação pública. Não existe coerência em defender metas de qualificação nos documentos oficiais e criar obstáculos quando o trabalhador consegue chegar à cursos de pós graduação. A formação de um professor ou de outro profissional da educação não beneficia apenas quem recebe o título; o conhecimento produzido retorna para a escola, para os estudantes, para a rede de ensino e para toda a sociedade.

Por isso, é necessário que a Prefeitura de Juazeiro do Norte encaminhe, com urgência, uma regulamentação municipal clara, objetiva e garantidora de direitos, compatibilizando a legislação local com a nova redação da LDB. A regulamentação não pode transformar uma conquista federal em um labirinto burocrático, nem criar exigências que, na prática, inviabilizem o afastamento remunerado. É

preciso estabelecer critérios transparentes, assegurar remuneração durante o período de estudos e reconhecer que mestrado, doutorado e pesquisa fazem parte de uma política séria de valorização dos trabalhadores da educação. Quem de fato defende a educação demonstra isso garantindo condições concretas para que seus profissionais estudem, pesquisem, se qualifiquem e retornem ainda mais preparados ao serviço público.

Essa conquista, porém, não chegará apenas pela espera. É hora de chamar professores, especialistas e demais trabalhadores e trabalhadoras da educação de Juazeiro do Norte para a organização e a mobilização coletiva em defesa da regulamentação municipal da Lei nº 15.462/2026. O Sindicato cobra diálogo, apresenta propostas e está disposto a contribuir na construção de uma legislação que fortaleça a qualificação do trabalhador em educação.

Se o Congresso aprovou, se a Presidência sancionou, se os profissionais estão conquistando vagas e se as universidades estão abrindo caminhos para a pós-graduação, não podemos aceitar que Juazeiro do Norte fique parado. Regular é respeitar a lei; garantir a licença remunerada é valorizar quem trabalha; e defender essa conquista é defender uma educação pública construída com conhecimento. 🌱

A LUTA EM DEFESA DA APOSENTADORIA NUNCA SE APOSENTA

Por: Leandro Medeiros (ASCOM-SISEMJUN)

Mesmo depois de décadas de trabalho árduo no serviço público, a tão aguardada aposentadoria, com mínimo de dignidade, é uma luta que nunca se aposenta e, para quem a trajetória no funcionalismo está apenas começando, o engajamento em defesa da classe trabalhadora é ainda mais necessário.

Um dos exemplos desse incessante ataque aos trabalhadores foi o aumento da alíquota de contribuição do regime próprio da previdência dos servidores públicos municipais de Juazeiro do Norte, em vigor desde março de 2025. Uma reforma previdenciária com perdas salariais em relação ao que era anteriormente, quando era uma alíquota linear de 11% de desconto a todas as categorias.

A atual contribuição previdenciária tem por mérito um escalonamento progressivo, levando em consideração faixas salariais nos seguintes termos:

- a) 12% de desconto sobre a remuneração de até R\$ 3.893,11;**
- b) 13% no intervalo de R\$ 3.893,02 a R\$ 7.786,02;**
- c) 14% no intervalo de R\$ 7.786,02 a R\$ 19.465,05;**
- d) 15% sobre a remuneração a partir de R\$ 19.465,06.**

E essa reforma não é ainda mais severa aos servidores, graças à articulação política do SISEMJUN e ao engajamento da categoria, que sensibilizou a Câmara de Vereadores na legislatura passada a aprovar alíquotas com impacto bem menor do que foi proposto pelo Prefeito Gledson.

No entanto, ele não desistiu de impor aos servidores condições ainda mais injustas para se aposentar e, em abril deste ano (2026), encaminhou à Câmara de Vereadores uma nova mensagem de reforma do PREVIJUNO (215 e 216), que propõe uma alíquota linear de 14% a todas as categorias.



Foto: Leandro Medeiros (ASCOM-SISEMJUN)

Além disso, servidores inativos que recebem acima de dois salários mínimos teriam descontado de 14% em suas aposentadorias, diferente do que é atualmente, em que apenas quem recebe acima do teto do INSS contribui (R\$ 8.475,55).

Em contrapartida, a proposta encaminhada pelo prefeito Gledson Bezerra prevê uma contribuição patronal (Prefeitura) apenas em 14%, o que não acompanha as alíquotas de contribuições patronais de vários lugares, a exemplo do Estado do Ceará e da cidade de Fortaleza, que pagam 28%.

Mais uma vez, o SISEMJUN, por meio de muita articulação política e com o apoio dos servidores, conseguiu adiar a votação dessa matéria no plenário da Câmara, ao sensibilizar o presidente da Câmara, Felipe Vasques, sobre a necessidade de não penalizar ainda mais os servidores por um déficit atuarial do PREVIJUNO construído pela má administração dos gestores municipais desde a criação do regime próprio de previdência municipal em 2007.

O SISEMJUN compreende os impactos negativos do rombo do PREVIJUNO. Estudos realizados pelo próprio PREVIJUNO indicam que o déficit atuarial é de mais de 1,1 bilhão e com previsão de chegar próximo aos 2 bi em um futuro próximo, caso nenhuma medida seja tomada.

Sobre isso, o sindicato aponta algumas saídas que, INFELIZMENTE, o Governo Municipal se recusa a executar:

- a) Valorização salarial dos servidores através da implantação de Planos de cargos, carreira e remuneração (PCCR) dos servidores, e com ganho salarial real;**
- b) Vínculos do servidor com o município seriam por concurso público, com exceções em casos de excepcionalidade;**
- c) Concurso para suprir toda a carência de servidores do Executivo e Legislativo;**
- d) Contribuição na alíquota patronal de 28%;**
- e) Pagamento dos aportes feitos pelo Governo Municipal, que se aproxima de uma dívida de quase 200 milhões;**
- f) O não parcelamento das dívidas da Prefeitura com o PREVIJUNO;**
- g) Democratização do Conselho do PREVIJUNO, com mais participação da sociedade; Ou seja, penalizar ainda mais os servidores com o aumento da alíquota, além de ser uma medida insignificante para sanar o déficit previdenciário, empobrecerá ainda mais os trabalhadores do serviço público municipal.**



Foto: Leandro Medeiros (ASCOM-SISEMJUN)

SARAU SISEMJUN JUNINO

Por: Leandro Medeiros (ASCOM – SISEMJUN) / Marcos Chaves (Diretor de Cultura do SISEMJUN)

Em uma noite festiva, realizamos o SARAU SISEMJUN JUNINO, com uma programação que mesclou sarau poético e festa junina, o som da atração musical do Júlio Soares em um ambiente maravilhoso do Cangaco Bar.

O SISEMJUN promoveu o tradicional Sarau Poético como forma de incentivar a produção literária entre os servidores filiados ao sindicato, por compreender a importância de valorizar a arte e a cultura para além das lutas diárias em defesa dos servidores.

Para além da legítima luta da categoria por melhores condições de trabalho e valorização salarial, é também importante o fomento a produção artística de nossos filiados. Diante disso, nesta VI Edição do Sarau Poético, a diretoria de Cultura do SISEMJUN trouxe inovações com a realização do I Concurso de Poesia e Lançamento de Livro em uma Antologia Poética, com poemas escritos por servidores filiados ao sindicato.

A presença de cada um transformou o nosso SARAU SISEMJUN JUNINO em uma festa inesquecível!

Agradecemos pelo sorriso, pela energia contagiante e por celebrarmos conosco a riqueza da nossa cultura. Eventos assim, só fazem sentido quando temos a alegria de compartilhar esses momentos com quem tanto se dedica ao nosso município no dia a dia da organização do serviço público e da luta pelas nossas pautas de direitos a conquistar.



Fotos: Leandro Medeiros (ASCOM-SISEMJUN)

SISEMJUN SE FORTALECE NA CSP-CONLUTAS

Por: Ítalo Freitas (Presidente do SISEMJUN)

Desde Dezembro de 2025 o SISEMJUN vem fortalecendo sua articulação com entidades sindicais de todo país a partir da ampliação de sua colaboração na construção dos espaços da Central Sindical e Popular CSP-Conlutas.

Com uma presença marcante nos fóruns da Central Sindical, o SISEMJUN ampliou sua representação na Direção Estadual da CSP-Conlutas e elegeu como membro da Direção Nacional desta entidade o Presidente Ítalo Freitas.

Segundo o Presidente Ítalo: **“Essa nova localização reforça o Sindicato para os próximos enfrentamentos impostos pela conjuntura de ataques aos trabalhadores. Hoje, um setor importante do sindicalismo no Brasil reconhece a importância do SISEMJUN e está preparado para qualquer ataque contra a entidade e seus filiados.”**

Há 20 anos atrás a CSP-Conlutas foi fundada para preservar o sindicalismo fundamentado na total autonomia e independência frente aos patrões e qualquer governo, num contexto onde a maioria das direções sindicais assumiu o papel de assessoria de governos “progressistas”. Inovando na forma de organização, a CSP-Conlutas é a única Central Sindical do país que congrega sindicatos, movimentos de luta

por moradia, movimentos da juventude, entidades de combate ao racismo, machismo e LGBTfobia.

Hoje, a CSP está nas ruas nos enfrentamentos contra a extrema-direita, contra a precarização do trabalho, a reforma Administrativa e pelo fim da jornada 6x1; contra todas as formas de opressões; em defesa do povo ucraniano, palestino e venezuelano. A Central se soma à resistência dos povos indígenas, quilombolas contra a cessão das florestas ao agronegócio, à pecuária e comércios ilegais e a destruição do meio ambiente; se soma à resistência contra violência policial nas favelas e na luta por moradia.

Em um mundo marcado por disputas imperialistas e incertezas, a CSP-Conlutas reafirma seu compromisso: seguir classista, democrática, internacionalista e organizada pela base. Parabéns a essa trajetória! Avante por mais 20 anos!

Confira nas redes sociais do SISEMJUN os registros da intervenção ativa da del. egação da entidade na Coordenação Estadual da CSP-Conlutas, ocorrida em Dezembro de 2025, da participação do Sindicato no Congresso Nacional da Central e da Posse do nosso Presidente na Direção Nacional da CSP, ocorridas, respectivamente, em abril e Julho desse ano.



Fotos: Rede sociais

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: DEMOCRACIA, VALORIZAÇÃO E VOZ DOS TRABALHADORES

Por: Tiago Josimar da Silva – professor da rede municipal de Juazeiro do Norte e da rede estadual do Ceará e suplente de direção do SISEMJUN

Construir o Plano Municipal de Educação de Juazeiro do Norte não pode ser tratado como uma simples obrigação burocrática, nem como um documento produzido apenas por técnicos e depois apresentado à sociedade. O Plano precisa nascer do debate público, da escuta e da participação de quem vive diariamente a educação. Professores, funcionários, gestores escolares, estudantes, famílias, universidades, movimentos sociais e toda a comunidade precisam ter espaço nesse processo. Mas é fundamental reconhecer que a experiência dos trabalhadores em educação possui um valor especial: são eles que conhecem, por dentro, as condições das escolas, as dificuldades do cotidiano, as necessidades dos estudantes e as possibilidades reais de transformação. Planejar a educação para os próximos anos exige democracia, participação e compromisso com a escola pública.

Nesse debate, duas questões precisam ocupar lugar central: a valorização dos trabalhadores em educação e a gestão democrática. Não existe educação de qualidade sustentada por profissionais desvalorizados, sobrecarregados ou afastados das decisões que interferem diretamente no seu trabalho. Valorizar significa garantir carreira, remuneração digna, formação continuada, condições adequadas de trabalho, respeito à jornada e oportunidades de qualificação profissional. Da mesma forma, gestão democrática não pode existir apenas no discurso: ela pressupõe participação efetiva da comunidade escolar, fortalecimento dos conselhos, transparência, autonomia e mecanismos democráticos de escolha e acompanhamento da gestão. O Plano também precisa enfrentar outros desafios fundamentais, como a educação inclusiva, a garantia do acesso e da permanência, a redução das desigualdades e o atendimento adequado aos estudantes com deficiência, sempre na perspectiva de uma escola que acolha todas e todos.

Na elaboração do Plano Municipal de Educação, a experiência concreta dos trabalhadores precisa ter peso maior do que uma leitura limitada baseada exclusivamente em rankings, metas numéricas e resultados de testes. Educação pública é feita por pessoas, rela-



Foto: Leandro Medeiros (ASCOM-SISEMJUN)

ções humanas, conhecimento, direitos e compromisso social; os números devem servir à educação, e não transformar a educação em servidora dos números.

A própria história brasileira demonstra a relação entre democracia, participação social e ampliação do direito à educação. Durante a ditadura militar, o país conviveu com autoritarismo, restrição à participação política e graves problemas educacionais, entre eles elevados índices de analfabetismo, exclusão escolar e profundas desigualdades de acesso. Com a redemocratização, a Constituição de 1988 e a ampliação dos espaços de participação popular, a educação passou a ser afirmada de maneira mais ampla como direito social e dever do Estado. Essa comparação histórica nos ensina que políticas educacionais construídas sem participação podem até produzir estatísticas, mas uma educação verdadeiramente pública, inclusiva e transformadora necessita de democracia, controle social e liberdade para que a comunidade escolar participe das decisões.

Neste sentido, a convocação aos trabalhadores se faz necessária, cada um que questione no cotidiano a realidade educacional deve ser aquele que se responsabiliza a propor e construir caminhos para uma nova realidade. Por isso, o momento de elaboração do Plano Municipal de Educação de Juazeiro do Norte deve ser também um momento de mobilização. Os trabalhadores em educação precisam ocupar os debates, apresentar propostas, questionar prioridades. Queremos um Plano construído com diálogo, divergência, escuta, negociação e decisão coletiva, porque democracia também se aprende e se pratica dentro da educação. A categoria precisa participar para garantir que valorização profissional, gestão democrática, inclusão, financiamento adequado e qualidade social da educação estejam no centro das políticas públicas do município. Quem trabalha todos os dias para fazer a educação de Juazeiro do Norte acontecer precisa ter voz ativa na definição do futuro dessa mesma educação.

SISEMJUN FORTE E RENOVADO NO CAMINHO DAS LUTAS!

MEMBRO DA DIREÇÃO DO SISEMJUN É CONDUZIDO A DIREÇÃO NACIONAL DA INTERSINDICAL

Por: Prof. Marcos Chaves (Diretor de Cultura do SISEMJUN)

Adireção da Intersindical foi renovada durante IV Congresso Nacional da Intersindical que aconteceu nos dias 27, 28 e 29 de março, em São Paulo.

A dirigente Nilza Pereira foi reconduzida à Secretaria-Geral da Intersindical, dando continuidade a sua gestão marcada pela coerência e diálogo com as entidades e o conjunto das forças que compõem a Central da Classe Trabalhadora.

Neste contexto, Marcos Chaves e Paulo Emilio eleitos em assembleia para representarem os servidores municipais, afirmaram a unidade da luta junto ao conjunto das representações sindicais presentes.

A direção do SISEMJUN nesse IV Congresso Nacional da Intersindical, representado pelo o Prof. Marcos Chaves foi eleito para compor a direção nacional da Central da Classe Trabalhadora. 🇧🇷



Foto: Rede sociais

SINDICATO FORTE TAMBÉM SE CONSTRÓI NAS ELEIÇÕES

Por: Edson Xavier (Diretor de Formação Política e Sindical do SISEMJUN)



O revolucionário russo Leon Trotsky afirmava que um dos principais objetivos da extrema-direita era a destruição das organizações da classe trabalhadora. A história recente do Brasil nos oferece um exemplo concreto dessa afirmação. Podemos lembrar como agiu o bolsonarismo desde que assumiu o governo federal, em 2019: uma de suas primeiras iniciativas foi promover mudanças abruptas no modelo de financiamento das entidades sindicais, especialmente com o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, provocando um forte impacto financeiro e contribuindo para a crise de inúmeras organizações dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, os ataques ideológicos e propagandísticos contra os sindicatos tornaram-se uma constante. A ideia de que os sindicatos seriam organizações desnecessárias, ultrapassadas ou responsáveis pelos problemas dos próprios trabalhadores foi sistematicamente difundida pelo governo e por seus apoiadores. Muitas vezes, esse discurso também foi reproduzido por trabalhadores e trabalhadoras que, desinformados ou decepcionados com determinadas práticas sindicais, acabaram incorporando argumentos que contribuíam para enfraquecer suas próprias organizações de classe.

Em um período de refluxo do movimento sindical brasileiro, foi com muita dificuldade que as entidades dos trabalhadores resistiram a esse processo. Mesmo diante das dificuldades, sindicatos, movimentos populares e organizações da classe trabalhadora continuaram atuando e, nos últimos anos, vêm buscando reconstruir sua capacidade de mobilização e retomar um espaço fundamental na organização das lutas por salários, direitos, melhores condições de trabalho e serviços públicos de qualidade.

É justamente nesse contexto que precisamos compreender a importância das eleições.

As eleições não são um momento separado da luta dos trabalhadores. Elas fazem parte da disputa pelos rumos da sociedade e, portanto, também dizem respeito à organização sindical.

A composição dos governos e dos parlamentos tem consequências concretas sobre a vida da categoria. São prefeitos, governadores, presidentes, vereadores, deputados e senadores que aprovam ou rejeitam leis, definem políticas públicas, estabelecem prioridades orçamentárias e tomam decisões que podem ampliar ou retirar direitos. As experiências recentes demonstram que governos comprometidos com uma agenda de retirada de direitos podem impor enormes dificuldades aos trabalhadores e às suas organizações.

Por isso, não podemos deixar que a categoria participe das eleições apenas como espectadora.

O sindicato precisa estimular o debate político entre os trabalhadores, apresentar os interesses da categoria e contribuir para que cada servidor e cada servidora possa avaliar os projetos em disputa. Não se trata de transformar o sindicato em instrumento de um partido político, nem de impor uma candidatura individual aos trabalhadores. Trata-se de defender a democracia, os direitos sociais, os serviços públicos e os interesses históricos da nossa classe.

Precisamos perguntar aos candidatos e candidatas: qual é o seu compromisso com o serviço público? Com a valorização dos servidores? Com a educação? Com a saúde? Com a previdência pública? Com o direito de organização e de greve? Com a liberdade sindical? Com a negociação coletiva?

Precisamos também lembrar que os trabalhadores possuem força quando estão organizados. Um sindicato que participa ativamente do debate político ajuda a categoria a compreender que aquilo que acontece dentro do local de trabalho está relacionado às decisões tomadas fora dele.

Não basta reclamar depois das eleições das medidas que atingem nossos direitos. É preciso disputar o presente para construir o futuro.

As eleições de 2026 serão mais uma oportunidade de para a classe trabalhadora fazer essa disputa. O avanço da extrema-direita não pode ser enfrentado apenas nas redes sociais ou no discurso. É necessário organizar a base, conversar com os trabalhadores, ocupar os espaços públicos, promover debates e apresentar um programa que coloque no centro a defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos.

Da mesma forma, precisamos combater a ideia de que política não interessa ao trabalhador. Política interessa, e muito. O valor do nosso salário, nossas condições de trabalho, nossa aposentadoria, o financiamento da educação e da saúde pública e até mesmo a possibilidade de organizar uma greve são questões profundamente políticas.

Por isso, o sindicato deve estar presente nesse debate e a categoria deve participar ativamente.

Um sindicato forte não é aquele que aparece apenas quando existe uma campanha salarial. É aquele que ajuda os trabalhadores a compreenderem a realidade, a se organizarem e a intervirem nos acontecimentos que determinam suas próprias vidas.

Neste ano eleitoral, precisamos transformar cada local de trabalho em espaço de diálogo e organização. Precisamos conversar com nossos colegas, ouvir suas preocupações, enfrentar a desinformação e construir coletivamente uma posição diante dos projetos que estarão em disputa.

A defesa do sindicato também passa pela defesa da democracia, pois, quando atacam a organização dos trabalhadores, atacam nossa capacidade de lutar. E quando enfraquecem nossa capacidade de lutar, tornam mais fácil retirar nossos direitos.

Participar das eleições, portanto, é também defender a nossa organização, nossos direitos e o futuro dos serviços públicos.

Nenhum direito foi conquistado sem luta. Nenhuma conquista está garantida sem organização. E nenhum trabalhador deve abrir mão de participar das decisões que definem o seu próprio futuro.



SISEMJUN

Sindicato dos Servidores Públicos
Municipais de Juazeiro do Norte - CE

FILIEM -SE AO SISEMJUN E CONTRIBUAM COM A LUTA EM DEFESA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JUAZEIRO DO NORTE!

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juazeiro do Norte (SISEMJUN) tem uma campanha de sindicalização permanente. O objetivo é que a cada dia que passa, cada vez mais servidores se filiem ao sindicato e fortaleçam as lutas da entidade e dos próprios servidores.

Cada servidor sindicalizado é importante, pois fortalece a entidade, une mais a categoria e deixa

os servidores e servidoras mais próximos para trocar ideias e experiências de suas lutas cotidianas e suas reivindicações.

Lembrando ainda que é no sindicato que o servidor tem sua trincheira para lutar por melhores salários, condições de trabalho e em defesa de um serviço público que atenda melhor a população de Juazeiro do Norte. Se sindicalizar é muito fácil. Basta entrar

em contato com o SISEMJUN e marcar um horário para a filiação à entidade. Além disso, o SISEMJUN busca parcerias com o comércio local e outros sindicatos, visando oferecer aos seus sócios(as) descontos na compra e no consumo de alguns bens e serviços.

Filie-se ao SISEMJUN e tenha vários benefícios, além de contribuir com a luta em defesa do Funcionalismo Público Municipal e por uma sociedade mais justa.



AGENDEM A FILIAÇÃO PELO WHATSAPP :

 (88) 9-9864-0042



Documentos necessários para filiação:

- ▷ RG e CPF;
- ▷ Comprovante de Residência;
- ▷ Contracheque;
- ▷ Ato de Nomeação;
- ▷ Termo de Posse;
- ▷ Ato de Concessão de Aposentadoria (Aposentados).

EXPEDIENTE:

Presidente do SISEMJUN: Ítalo Freitas

Diretor de Comunicação do SISEMJUN: Cícero dos Santos

Editor Responsável: Leandro Medeiros (ASCOM – SISEMJUN)

Projeto Gráfico: Mateus Quintans e Adriana Melo (ASCOM – SISEMJUN)

Fotografia: Leandro Medeiros (ASCOM – SISEMJUN)

TEXTOS:

Ítalo Freitas (Presidente do SISEMJUN)

Cícero dos Santos (Diretor de Comunicação do SISEMJUN)

Marcos Chaves (Diretor de Cultura do SISEMJUN)

Edson Xavier (Diretor de Formação Política e Sindical do SISEMJUN)

Tiago Josimar (Diretor do SISEMJUN)

Eduardo Sousa (Tesoureiro Adjunto do SISEMJUN)

Leandro Medeiros (ASCOM – SISEMJUN)

SISEMJUN FORTE E RENOVADO NO CAMINHO DAS LUTAS!



ENDEREÇOS E CONTATOS:

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juazeiro do Norte, Rua São Cândido, nº 397, Salesianos -
CEP: 63050-218, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil | CNPJ: 12.485.140/0001-86

Telefone: (88) 3512-2075 e Whatsapp  (88) 9-9864-0042

contato@sisemjun.org.br | [f /sisemjun](https://www.facebook.com/sisemjun) | [@sisemjun](https://www.instagram.com/sisemjun) | www.sisemjun.org.br